



DATA DA REUNIÃO: VINTE E SEIS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZOITO.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO, SITO NA PRAÇA 25 DE ABRIL, SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E VINTE MINUTOS.-----



HORA DE ENCERRAMENTO: QUINZE HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS. -----
SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES. -----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, foi feita uma declaração sobre as “obras no edifício das Finanças para acolher Tribunal do Comércio”, que se anexa à presente ata, constituindo as subseqüentes duas folhas. -----

DECLARAÇÃO POLÍTICA

(Obras no antigo edifício das Finanças para acolher Tribunal do Comércio arrancam em setembro)

Cerca de um mês depois do despacho do secretário de Estado do Tesouro a autorizar a despesa para a instalação do Tribunal do Comércio no antigo edifício das Finanças de Santo Tirso, a obra já foi adjudicada e está em condições de arrancar no mês de setembro.

Era o último passo administrativo que faltava com vista à remodelação do antigo edifício das Finanças, para acolher a instância do Comércio, o que se prevê possa ocorrer a partir do mês de abril do próximo ano.

No âmbito do diálogo estabelecido entre o Município de Santo Tirso e o Governo, nomeadamente com o Ministério da Justiça, e do protocolo assinado com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, o Tribunal do Comércio vai deixar as atuais instalações no Palácio da Justiça de Santo Tirso e passar a funcionar, em condições dignas para os magistrados e funcionários judiciais, no antigo edifício das Finanças.

A instalação do Tribunal do Comércio no novo espaço, com cerca de 700 metros quadrados em pleno centro da cidade, representa também uma significativa melhoria no serviço prestado às populações abrangidas por esta instância judicial, nomeadamente as populações de Santo Tirso, Gondomar, Valongo, Maia, Matosinhos, Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Trofa.

Também fruto do diálogo com o Governo, o Tribunal Cível localizado na Rua Dr.º José Cardoso de Miranda abandonará as atuais instalações e passará a funcionar, em melhores condições, no Palácio da Justiça.

Orçadas em cerca de 900 mil euros, cerca de 100 mil dos quais suportados pelo Município na execução do projeto, as obras no antigo edifício das Finanças vão colocar Santo Tirso como um dos Municípios do País com melhores condições na prestação de serviços essenciais de proximidade às populações.

Os eleitos pelo Partido Socialista

Santo Tirso, 26 de julho de 2018



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS. -----

Foram retirados de reunião os assuntos que constam dos itens 10 e 12 da Ordem do Dia, sendo os restantes assuntos renumerados por ordem sequencial.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel.+351 252 830 400
Fax +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

6

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JULHO DE 2018 – ATA Nº 15

ORDEM DO DIA

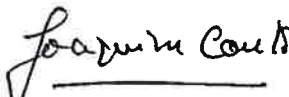
- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 12/07/2018**
- 2 – Concurso de Ideias – “Santo Tirso Empreende - Programa de apoio ao empreendedorismo” - Constituição do júri - Ratificação de despacho do presidente da câmara**
- 3 – Plano de Urbanização de S. Martinho do Campo: Proposta de arquivamento do respetivo processo**
- 4 – Empreitada: "Obras de Urbanização da Zona industrial da Picaria": Decisão de Contratar: Ratificação de Despacho**
- 5 – Aprovação da candidatura NORTE-03-1204-FEDER-000019 - Reabilitação de Bairros Sociais Santo Tirso – 2ª fase - Decisão de aceitação das condições de aprovação**
- 6 – Normas de Participação do Orçamento Participativo Jovem / 2018 - Aprovação**
- 7 – Plano de Transportes Escolares - Ano Letivo 2018/2019 - Aprovação**
- 8 – Proposta de celebração de protocolos de colaboração com as livrarias/papelarias do concelho de Santo Tirso, para concretização de apoios de ação social escolar - aquisição de material escolar**
- 9 – Proposta de atribuição de subsídio para colónias de férias – 2017/2018 - 2ª fase**
- 10 – Proposta de celebração de contratos de delegação de competências com as freguesias de Água Longa, S. Tomé de Negrelos e Vilarinho para a gestão de cemitérios e casas mortuárias**
- 11 – Encontro de delegações das cidades geminadas com Santo Tirso - Atribuição de donativo financeiro a instituições a indicar por cada um dos municípios geminados**



- 12 – Dia Municipal do Bombeiro de 2018 - Proposta de Atribuição de Subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses**
- 13 – Associação de Coleccionismo Tirsense - Pedido de subsídio para a XVI Exposição de Coleccionismo/S. Bento 2018**
- 14 – Associação Cultural Popular Bombos e Concertinas – “Os Cordovenses”: Pedido de Subsídio - Arraial Minhoto e Encontro de Bombos**
- 15 – Proposta de celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo com o Centro de Atletismo de Santo Tirso**
- 16 – Proposta de celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo com o Águias Futebol Clube de S. Salvador do Campo**
- 17 – Proposta de celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo com o Núcleo Associativo de Santo Tirso**

Santo Tirso, 23 de julho de 2018

O Presidente,



Dr. Joaquim Couto



1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12/07/2018.-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia doze do corrente mês de julho, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----

Não participou na discussão e votação da ata da reunião anterior o senhor vereador Dr. Alberto Manuel Martins da Costa, em virtude de ter faltado à respetiva reunião.-----

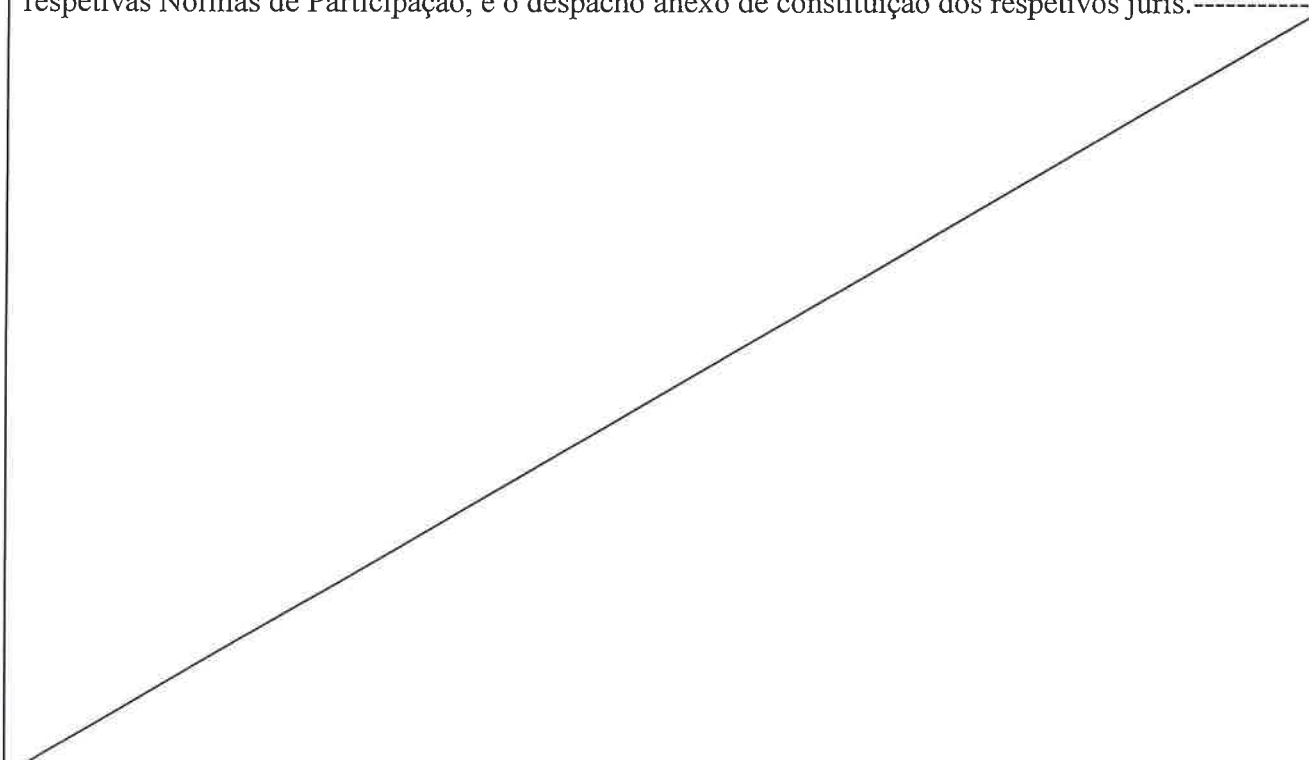


2. CONCURSO DE IDEIAS – “SANTO TIRSO EMPREENDE - PROGRAMA DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO” - CONSTITUIÇÃO DO JÚRI - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente o despacho do senhor presidente da câmara municipal, de dezanove do corrente mês de julho, que se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas. -----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o despacho anexo, bem como a decisão de abertura do referido concurso de ideias e as respetivas Normas de Participação, que se anexam à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo os anexos I a III da mesma, rubricados pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a decisão de abertura do concurso de ideias “Santo Tirso Empreende – Programa de Apoio ao Empreendedorismo, as respetivas Normas de Participação, e o despacho anexo de constituição dos respetivos júris.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

10

Concurso de ideias – “Santo Tirso EMPREENDE- Programa de Apoio ao empreendedorismo”

Designação do júri

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, decido, ao abrigo da competência excecional prevista no nº 3 do art.º 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com as Normas de Participação do referido concurso, promover a constituição do júri de seleção das 10 melhores ideias em cada uma das áreas temáticas do concurso, que será formado por um representante da cada uma das seguintes entidades: -----

• Produtos e Serviços Turísticos: -----

a) um representante do Município de Santo Tirso; -----

b) um representante da SIGMA Team Consulting S.A.; -----

c) um representante da Associação de Turismo do Porto e Norte; -----

d) um representante da Escola Superior de Hotelaria e Turismo - Vila do Conde; -----

e) um representante do IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação. -----

• Design: -----

a) um representante do Município de Santo Tirso; -----

b) um representante da SIGMA Team Consulting S.A.; -----

c) um representante da Escola Superior de Media, Artes e Design – ESMAD; -----

d) um representante da Escola Superior de Design do IPCA; -----

e) um representante do IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação. -----

• Moda e Design de Moda: -----

a) um representante do Município de Santo Tirso; -----

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,
Ação Social e Albergamento
Crianças e Atividades de Gestão
Administrativa
Recursos
Humanos Apoio Jurídico e
Compras

M.021GR

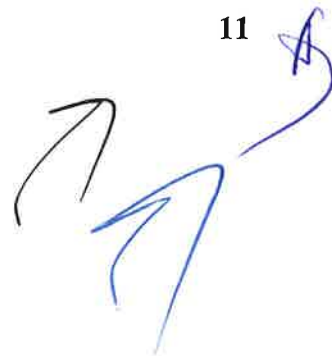


SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

11



- b) um representante da SIGMA Team Consulting S.A.;-----
- c) um representante da MODATEX - Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios; -----
- d) um representante da Escola Superior de Artes e Design – ESAD; -----
- e) um representante da ATP – Associação Têxtil e Vestuário de Portugal; -----
- f) um representante do CENIT – Centro Associativo de Inteligência Têxtil; -----
- g) um representante do IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação. -----

Decido ainda designar como representante do município e como presidente do júri, e para todas as áreas temáticas atrás referidas, a Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico, Dr.^a Vera Liliana Machado Araújo. -----

O presente despacho, tem a seguinte fundamentação: -----

É urgente a constituição e funcionamento do júri, em virtude de se tratar de projeto financiado pelo NORTE 2020 e FEDER, de modo a que possa ser cumprido o planeamento cronológico aprovado na candidatura. -----

Acresce que será necessário proceder-se à abertura de uma segunda fase de candidaturas, no menor período de tempo possível, de modo a cumprir os indicadores estipulados e os prazos impostos pela candidatura. -----

A próxima reunião ordinária da câmara municipal é no dia 26 do corrente mês; -----

Por razões de conciliação da agenda de todos os edis é difícil reunir extraordinariamente o executivo municipal antes daquela data. -----

Face ao exposto, foram tomadas as decisões acima referidas. -----

Remeta-se o presente despacho à Divisão de Desenvolvimento Económico, para execução imediata, e remeta-se à próxima reunião da câmara municipal para ratificação, bem como para ratificação da decisão de abertura do referido concurso de ideias e ratificação das respetivas Normas de Participação. -----

SISTEMA CERTIFICADO

eiC

ISO 9001

certificação

acreditada

por IFAC

Serviços de Classe Particular

Ação Social e Atendimento

Gestão e Atividades de Gestão

Administrativa Recursos

Humanos Apoio Jurídico e

Computação

M.021GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

Santo Tirso, 19 de julho de 2018

O presidente,

Joaquim Couto (Dr.)

12

SISTEMA CERTIFICADO

eic

ISO 9001



certificação

acreditada

IPQCC

Serviços de Obras Particulares
Ação Social e Albergamento
Clínica e Atividades de Gestão
Administrativa Recursos
Humanos Apoio Jurídico e
Compras

M.021GR



3. PLANO DE URBANIZAÇÃO DE S. MARTINHO DO CAMPO: PROPOSTA DE ARQUIVAMENTO DO RESPETIVO PROCESSO. -----

Presente informação de dois do corrente mês de julho, da Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, a informar sobre o ponto da situação da elaboração do Plano de Urbanização de S. Martinho do Campo, cuja decisão de elaboração foi tomada por deliberação da câmara municipal de seis de abril do ano dois mil (item vinte e um da respetiva ata). -----

Pelo senhor presidente foram apresentadas as seguintes propostas: -----

A) Que a câmara municipal, com a fundamentação constante do n.º 1 da aludida informação técnica, deliberasse não dar seguimento ao processo de aprovação do referido Plano e arquivar o respetivo processo. -----

B) Em consequência da decisão anterior, que a câmara municipal deliberasse, declarar extinto o contrato de prestação de serviços celebrado em doze de julho de dois mil com a sociedade GIPP – Gestão Integrada de Projetos e Planeamento Lda., por impossibilidade definitiva da sua execução, e autorizar a liberação da caução prestada pela garantia bancária número 551.100138425, seguindo o pedido formulado pela adjudicatária para a Divisão de Contratação Pública, para efeitos de celebração de aditamento ao contrato a declarar a sua extinção. -----

Após discussão, as propostas foram aprovadas por unanimidade. -----



4. EMPREITADA: "OBRAS DE URBANIZAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DA PICARIA": DECISÃO DE CONTRATAR: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO. -----

Presentes informações da Divisão de Projetos e Empreitadas, de vinte e três e vinte e cinco do corrente mês de julho, relativas ao procedimento de contratação pública n.º 40/18 (processo de empreitada), a remeter o projeto da obra acima referida que é constituído pelas especialidades referidas na informação de vinte e três de julho, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente da câmara propôs que a câmara municipal deliberasse: -----

1. Ratificar o seu despacho de vinte e três do corrente mês de julho, que aprovou o projeto da obra em causa; -----

2. Aprovar as peças do procedimento de contratação pública, incluindo a minuta do anúncio a publicar no Diário da República, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes seis folhas, com vista à formação do contrato da empreitada acima referida, integrado pelos elementos discriminados na lista que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma. -----

3. Tomar a decisão de contratar prevista no artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, mediante procedimento de concurso público, nos termos da alínea b) do artigo 19º do mesmo Código e autorizar a despesa inerente ao contrato de empreitada a celebrar, cujo preço base é de 993.528,09 € (novecentos e noventa e três mil quinhentos e vinte e oito euros e nove cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal aplicável, e o prazo de execução da empreitada é de cento e vinte dias.-----

As despesas com a execução do contrato a celebrar serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010401, que fica dotada de verba suficiente nos anos económicos de execução do contrato (2018 e 2019), ficando cativa no ano em curso a importância de 95.400,00 € (noventa e cinco mil e quatrocentos euros), correspondente à estimativa dos encargos a suportar no ano em curso, conforme proposta de cabimento orçamental número 2392/2018, de



dezanove de julho.-----

Da execução do contrato resultam encargos plurianuais nos anos económicos de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, sendo que a autorização para a assunção de encargos plurianuais foi dada genericamente pela assembleia municipal em sessão de catorze de dezembro de dois mil e dezassete, conforme resulta do artigo 33º, n.º 1, alínea a) das Normas de Execução Orçamental e da previsão plurianual constante do PPI relativamente ao projeto/ação 2018/I/63, que foi incluído no Plano Plurianual de Investimentos do ano em curso com a 4ª revisão ao PPI, que foi aprovada pelo referido órgão deliberativo em sessão ordinária de vinte e nove de junho findo.-----

4. Designar o júri do respetivo procedimento com a seguinte composição:-----

Membros efetivos:-----

- Presidente – Eng. Sérgio Rodrigo Martins Delgado – Técnico Superior, Chefe do Serviço de Empreitadas;-----

- Dra. Emília Cristina Campos Ramos Maia – Chefe da Divisão da Contratação Pública, que exercerá as funções de secretária do procedimento;-----

- Eng. Nuno Filipe Araújo Fernandes, Técnico Superior;-----

Membros suplentes:-----

- Dra. Diana Paula Ferreira Salgado – Técnica Superior;-----

-Dra. Maria Alcina Marques Oliveira – Chefe da Divisão Financeira;-----

5. Declarar, com fundamento nas aludidas informações técnicas, e face aos demais elementos constantes do procedimento, que o Projeto de Execução, com todas as especialidades, estudos e demais elementos que o integram, e que fazem parte integrante do caderno de encargos, contém todas as informações necessárias, indispensáveis e suficientes à boa execução da obra a realizar, pelo que “os elementos da solução da obra a realizar”, que serão disponibilizados a concurso, a definem e enquadram em termos técnicos e são suficientes para a sua boa execução e cumprem a legislação aplicável.-----



6. Delegar no júri do procedimento a competência para a prestação dos esclarecimentos que sejam solicitados pelos interessados, necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como proceder a eventuais retificações das mesmas.-----

Após discussão e votação nominal, as seis propostas que antecederam foram aprovadas por unanimidade. -----



MODELO DE ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO



Índice

Formulário completo



O anúncio do concurso público a que se refere o n.º 1 do artigo 130.º do Código dos Contratos Públicos inclui a seguinte informação:

1. Identificação e contactos da entidade adjudicante

Designação da entidade adjudicante (*)

Município de Santo Tirso

NIPC (*)

501306670

Serviço/Órgão/Persona de contacto

Divisão de Projetos e Empreitadas

Endereço (*)

Praça 25 de Abril

Código postal (*)

4780 1873

Localidade (*)

Santo Tirso

País

PORTUGAL

NUT III

PT119 Ave

Distrito

Porto

Concelho

Santo Tirso

Freguesia

Telefone

252830482

Fax

252859267

Endereço da Entidade (url)

Endereço Eletrónico (*)

domsa@cm-stirso.pt

2. Objeto do contrato

Designação do contrato (*)

Beneficiação e requalificação de Edifícios de Habitação - Habitações Municipais de Agrela, Reguenga e Água Longa

Descrição sucinta do objeto do contrato (*)

Beneficiação e requalificação de Edifícios de Habitação - Habitações Municipais de Agrela, Reguenga e Água Longa

Tipo de Contrato (*)

☒ Empreitada de Obras Públicas☐ Locação de Bens Móveis

- ☐ Aquisição de Bens Móveis
☐ Aquisição de Serviços
☐ Concessão de Obras Públicas
☐ Concessão de Serviços Públicos
☐ Sociedade

Preço base do procedimento (*)

☒ Sim

Valor do preço base do procedimento:

899398 EUR

Legenda:

Não use nem vírgulas nem pontos

Exemplo de preenchimento:

123456.50

Resultado: 123456.50 EUR

ou

Para acordo-quadro - valor total máximo estimado para toda a duração do acordo-quadro

EUR

Legenda:

Não use nem vírgulas nem pontos

Exemplo de preenchimento:

123456.50

Resultado: 123456.50 EUR

☐ Não

Classificação CPV (1) [Objeto principal/objetos complementares + vocabulário principal/ vocabulário complementar (se aplicável)]

Objeto principal

Vocabulário principal (divisão)

45

Vocabulário principal (*)

45259000

Adicionar vocabulário complementar

Objetos complementares

Adicionar objeto complementar

3. Indicações adicionais

Referência interna:

O contrato envolve aquisição conjunta (com várias entidades)?

(*)

☐ Sim

☒ Não

Contratação por lotes?

☒ Sim

☐ Não

O contrato é adjudicado por uma central de compras?

- (*)
☐ Sim
☒ Não

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro?

- (*)
☐ Sim
☒ Não

É utilizado um leilão eletrónico?

- (*)
☐ Sim
☒ Não

É adotada uma fase de negociação?

- (*)
☐ Sim
☒ Não

4 - Admissibilidade da apresentação de propostas variantes

- (*)
☐ Sim
☒ Não

5 - Local da execução do contrato

Pais (*)	
PORTUGAL	
NUT III (*)	
PT119 Ave	
Distrito (*)	
Ponte	
Concelho (*)	
Santo Tirso	
Freguesia (*)	
Freguesia de Agrela - Santo Tirso	

Adicionar Pais/NUT III/Distrito/Concelho/Freguesia

6 - Prazo de execução do contrato

Prazo: (*)
☒ Dias

(*)
240 i dias

- ☐ Meses
☐ Anos

O contrato é passível de renovação? (*)

- ☐ Sim
☒ Não

7 - Documentos de habilitação

7.1 - Habilitação para o exercício da atividade profissional (*)

- ☒ Sim

Tipo: (*) Alvará de Construção emitido pela IMPIQ

Descrição (*) O Adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos:
1- Declaração emitida conforme o modelo constante do anexo II ao

☐ Não

7.2 - Informação sobre contratos reservados (2)

O contrato está reservado a entidades e fornecedores cujo objetivo principal seja a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou desfavorecidas? (*)

☐ Sim

☒ Não

8 - Acesso às peças do concurso, pedidos de participação e apresentação das propostas

8.1 - Consulta das peças do concurso

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados (*)
Divisão de Projetos e Empreitadas

Endereço desse serviço (*)

Praça 25 de Abril

Código postal (*)

4780 373

Localidade (*)

Santo Tirso

Telefone

252830402

Fax

252859267

Endereço Eletrónico (*)

domsa@cm-stirso.pt5

8.2 - Fornecimento das peças do concurso, apresentação dos pedidos de participação e apresentação das propostas

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante

(*)

Vortal (<http://portugal.vortal.biz/>)

9 - Prazo para apresentação das propostas

Até às (*)

17 : 00 do 20 ° dia a contar da data de envio do presente anúncio

10 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas

(*)

66 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

11 - Critério de adjudicação

Melhor relação qualidade-preço (*)

☒ Sim

☐ Não

Critério relativo à qualidade

Nome (*)

Valia Técnica da proposta

Ponderação (*)

50 %

Critério relativo ao custo

Nome (*)

Preço

Ponderação (*)

50% %

12 - Prestação de caução

☒ Sim

(*) %

☐ Não

13 - Identificação e contactos do órgão de recurso administrativo

Designação (*)

Município de Santo Tirso

Endereço (*)

Praça 25 de Abril

Código postal (*)

4780 373

Localidade (*)

Santo Tirso

Telefone

252830400

Fax

252859267

Endereço Eletrónico (*)

santotirso@cm-stirso.pt

Prazo de interposição do recurso: _____ dias

14 - Data de envio do anúncio para publicação no Diário da República

Preenchimento automático pela INCM aquando do pagamento.

15 - O procedimento a que este anúncio diz respeito também é publicitado no Jornal Oficial da União Europeia?

(*)

☐ Sim☒ Não

16 - Outras informações

Serão usados critérios ambientais? (*)

☐ Sim☒ Não

17 - Identificação do autor do anúncio

Nome (*)

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Coulo

Cargo (*)
Presidente da Câmara Municipal

Adicionar Autor

Nota: as normas do programa do concurso prevalecem sobre quaisquer indicações constantes do presente anúncio com elas desconformes, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos

(*) Preenchimento obrigatório

(1) Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary - CPV) instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 2132/2008, da Comissão, de 29 de novembro de 2008

(2) A participação no concurso está reservada a organizações que prossigam uma missão de serviço público e que satisfaçam as condições estabelecidas no art.º 77.º n.º 2 da Diretiva n.º 2014/24/UE

Navigation buttons: << < Índice Formulário completo > >>

Buttons: GRAVAR E SAIR (*) - Campo obrigatório Nota Ajuda Lista de opções SUBMITER O FORMULÁRIO

INCM

Call Center: 217810870

Termos de adesão e envio de atos para a II Série: E-mail: e-anuncio@incm.pt | Fax: 213945716

Envio de atos para publicação na I Série: E-mail: 1serie@incm.pt | Fax: 213945716



5. APROVAÇÃO DA CANDIDATURA NORTE-03-1204-FEDER-000019 - REABILITAÇÃO DE BAIROS SOCIAIS SANTO TIRSO – 2ª FASE - DECISÃO DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE APROVAÇÃO.-----

Presente comunicação do Programa NORTE 2020, enviada por email de dois do corrente mês de julho, registado com o número dezanove mil e dez, a notificar o município que a candidatura a fundos comunitários - Operação NORTE – 03 – 1204 – FEDER – 000019 – designada “Reabilitação de Bairros Sociais – Santo Tirso – 2ª fase” foi aprovada pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, no dia vinte e oito de junho findo.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Financiamentos, conforme informação de seis do corrente mês de julho, registada com o número sete mil seiscientos e cinquenta e três, na qual se refere que o valor elegível do investimento é de 200.014,92 € (duzentos mil e catorze euros e noventa e dois centimos), beneficiando o município de uma comparticipação FEDER de 85%, no montante de 170 012,68€ (cento e setenta mil e doze euros e sessenta e oito centimos), sendo a contrapartida nacional assegurada pelo município de Santo Tirso, no montante de 30.002,24 € (trinta mil e dois euros e vinte e quatro centimos), e que aquela operação visa a reabilitação do Complexo Habitacional de Roriz, constituído por vinte e quatro habitações.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a decisão de apresentação da referida candidatura e aceitar as condições da sua aprovação, constantes do Termo de Aceitação de que se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

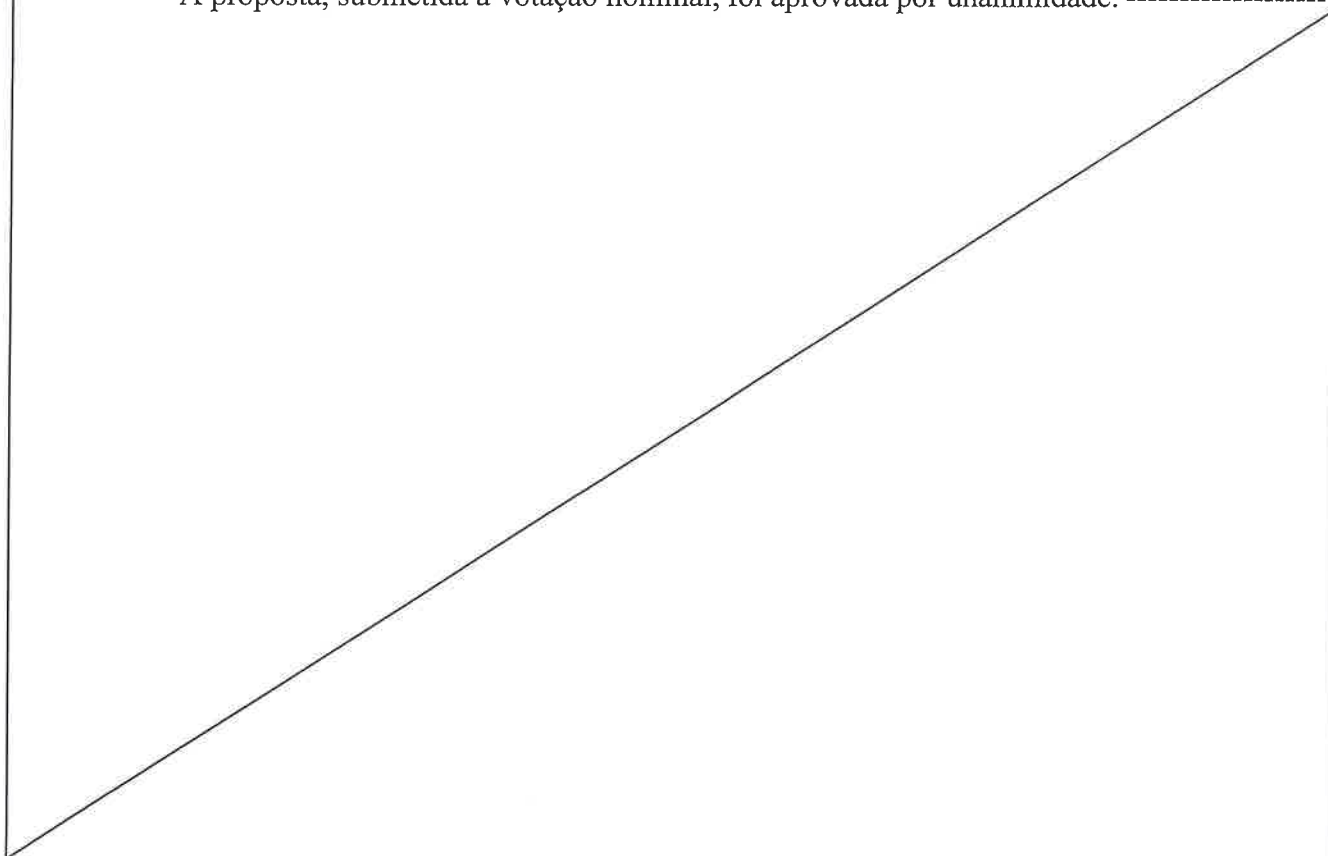


6. NORMAS DE PARTICIPAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM / 2018 – APROVAÇÃO.-----

Presente informação de dezanove do corrente mês de julho, dos Serviços de Juventude, registada com o número oito mil cento e quarente e um, a remeter, em conformidade com o previsto no n.º 2 do artigo 14º do Regulamento do Orçamento Participativo Jovem, na redação introduzida por deliberação da assembleia municipal de trinta de abril último, as Normas de Participação na V edição do Orçamento Participativo Jovem, as quais se anexam à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo o anexo VI da mesma. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar as Normas de Participação na V edição do Orçamento Participativo Jovem, que integram em anexo a matriz de avaliação das propostas. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----





7. PROPOSTA DE PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2017/2018 E PROPOSTA DE CONTINUAÇÃO DA COMPARTICIPAÇÃO TOTAL DO TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO E DOS ALUNOS EM REGIME DE ENSINO ARTICULADO.-----

Presente informação da Divisão de Educação, de dezoito do corrente mês de julho, registada com o número sete mil setecentos e trinta, a remeter a proposta do Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2018/2019 e que contempla os alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino identificados naquela informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando as políticas de reforço de ação social escolar que têm vindo a ser desenvolvidas pelo município; -----

Considerando as deliberações desta câmara municipal de dezoito de junho de dois e mil e quinze (item onze da respetiva ata), que decidiu aprovar o alargamento do âmbito da comparticipação dos transportes escolares a todos os alunos enquadrados na escolaridade obrigatória, e dezassete de novembro de dois mil e dezasseis (item onze da respetiva ata), que decidiu atribuir o transporte escolar aos alunos matriculados no ensino articulado.-----

Proponho:-----

A) Que a câmara municipal, com a fundamentação constante da aludida deliberação de junho de dois mil e quinze, deliberasse manter a sua decisão de comparticipação total do transporte escolar dos alunos do ensino secundário para o ano letivo de 2018/2019;-----

B) Que a câmara municipal, com a fundamentação constante da aludida deliberação de dezassete de novembro de dois mil e dezasseis, deliberasse manter a comparticipação do transporte dos alunos matriculados em regime de ensino articulado, que carecem de se deslocar do estabelecimento de ensino que frequentam para o Centro de Cultura Musical das Caldas da Saúde –



Areias;-----

C) Que a câmara municipal, deliberasse aprovar o Plano de Transportes Escolares do concelho para o ano letivo 2018/2019, com vista a dar cumprimento às disposições legais do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, o qual integra já os circuitos necessários à execução das propostas referidas nas alíneas anteriores. -----

A previsão da despesa total dos transportes escolares é de 1.016.372,70 € (um milhão e dezasseis mil trezentos e setenta e dois euros e setenta centimos). -----

Os encargos a suportar pelo município com os transportes escolares serão satisfeitos pela rubrica orçamental com a classificação económica 020210, na qual ficou cativa a importância de 304.911,81 € (trezentos e quatro mil e novecentos e onze euros e oitenta e um centimos) relativamente ao período de setembro a dezembro do ano em curso, conforme proposta de cabimento n.º 2395/2018, de vinte do corrente mês de julho. -----

Os transportes escolares do concelho implicam compromissos plurianuais nos anos de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, sendo que a autorização da assembleia municipal para a assunção de compromissos plurianuais com as empresas prestadoras do respetivo serviço cabe no âmbito do artigo 33º das Normas de Execução Orçamental, que integram as Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovado pelo referido órgão deliberativo, conforme deliberação de catorze de dezembro último, em virtude do Plano de Transportes Escolares constar do Plano de Atividades Municipal para dois mil e dezoito (projeto/ação 2/2014/4).-----

A câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas apresentadas pelo presidente da câmara.-----

O Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2018/2019 fica anexo à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo VII da mesma, composto por vinte e uma folhas. -----



8. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO COM AS LIVRARIAS/PAPELARIAS DO CONCELHO DE SANTO TIRSO, PARA CONCRETIZAÇÃO DE APOIOS DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR.-----

Presente informação da Divisão de Educação, de dezanove do corrente mês de julho, registada com o número sete mil novecentos e sessenta, a apresentar proposta de protocolo a celebrar com as livrarias / papelarias do concelho de Santo Tirso que pretendam aderir, para concretização dos apoios de ação social escolar destinados à aquisição de material escolar, nos termos das condições que constam da aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, e no seguimento da deliberação da câmara municipal de trinta de julho de dois mil e quinze (item dez da respetiva ata).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, no seguimento da referida deliberação, e com a fundamentação constante da aludida informação dos serviços, deliberasse aprovar a minuta de protocolo anexa à referida informação, da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VIII da mesma, composto por quatro folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A despesa estimada com os auxílios económicos a conceder para comparticipação da aquisição de material escolar, cujo procedimento para a sua concretização é a celebração dos aludidos protocolos, é de 47.500,00 € (quarenta e sete mil e quinhentos euros), que será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020115, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento número 2414/2018, de 20 de julho.-----

O compromisso correspondente ao montante estimado a pagar a cada uma das entidades que assinar o aludido protocolo será emitido previamente à sua assinatura, cujo número ficará a constar do Protocolo.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

9. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA COLÓNIAS DE FÉRIAS

– 2017/2018 - 2ª FASE. -----

Presente informação da Divisão de Educação, de dezoito do corrente mês de julho, registada com o número sete mil novecentos e trinta e seis, a sugerir a atribuição de subsídios para colónias de férias, em aditamento aos subsídios já deliberados em reunião da câmara municipal de vinte e oito de junho findo (item nove da respetiva ata).-----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que no verão várias instituições do concelho promovem colónias de férias, proporcionando desse modo uma vivência saudável a milhares de crianças;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas durante o período em que decorrem as colónias de férias encerram conteúdos de elevado alcance pedagógico em vários domínios, com especial incidência para os de natureza sócio - afetiva e psicomotora, contribuindo assim para o crescimento harmonioso das crianças; -----

Considerando as atribuições do município em matéria de educação e tempos livres (alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da lei 75/2013, de 12 de setembro) e a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do mesmo diploma legal, proponho que a câmara municipal delibere atribuir os seguintes subsídios:-----

- APEN - Associação de Pais das Escolas de Negrelos-----290,00 €
(duzentos e noventa euros)-----

- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Igreja – Lama -----100,00 €
(cem euros) -----

- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância de Igreja Areias-- 290,00 €
(duzentos e noventa euros)-----

- Associação de Pais da Escola Primária e Pré-Primária de Guimarei -----170,00 €
(cento e setenta euros) -----

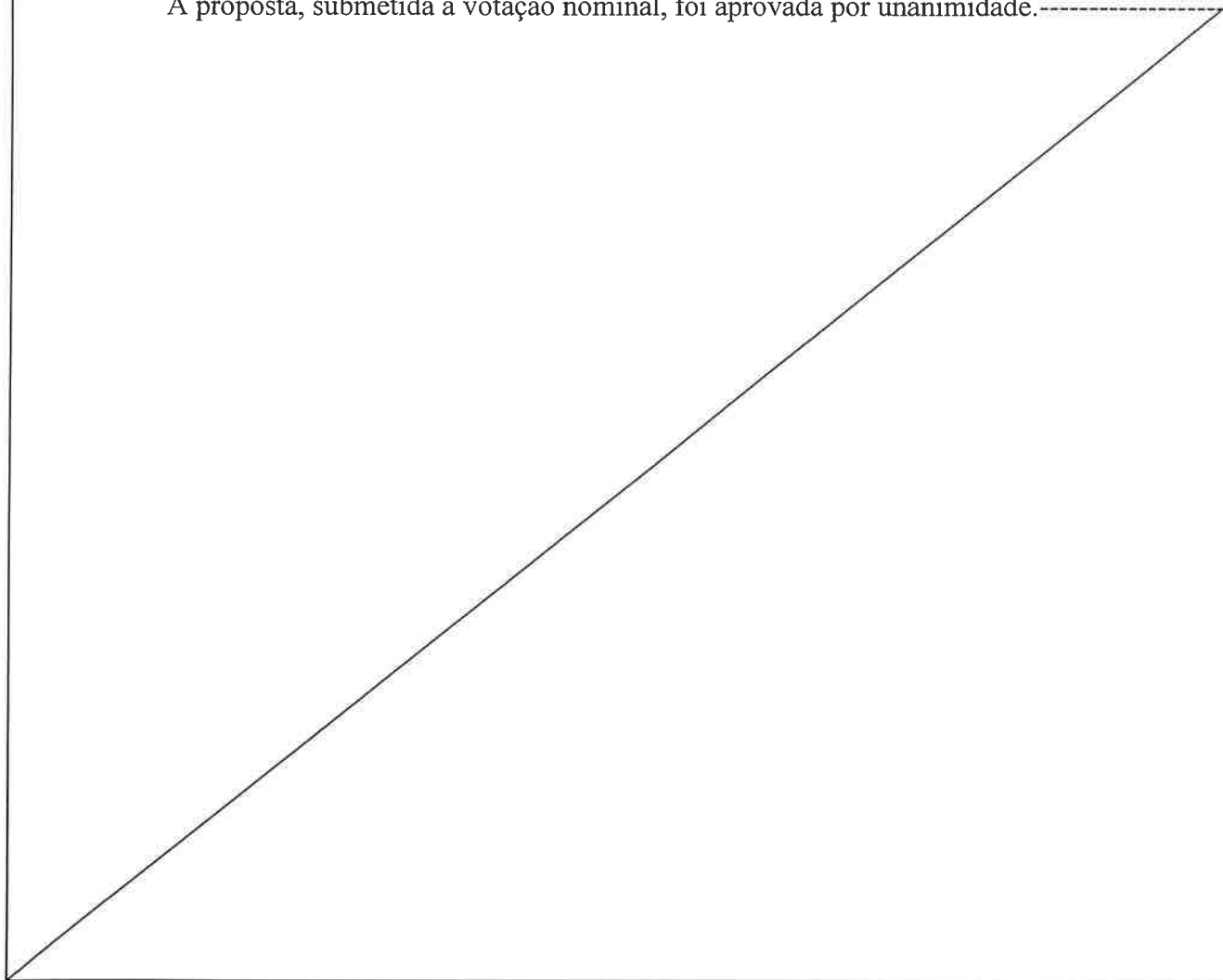


- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância da Vinha Burgães--230,00 €
(duzentos e trinta euros) -----

A despesa com a atribuição dos referidos subsídios será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701 na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento n.º 2399/2018, de dezanove de julho.-----

Os compromissos inerentes à presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com os números 2491/2018, 2492/2018, 2493/2018, 2494/2018, 2495/2018, todos de dezanove do corrente de julho. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





10. ENCONTRO DE DELEGAÇÕES DAS CIDADES GEMINADAS COM SANTO TIRSO - ATRIBUIÇÃO DE DONATIVO FINANCEIRO A INSTITUIÇÕES A INDICAR POR CADA UM DOS MUNICÍPIOS GEMINADOS.-----

Presente informação de dezassete do corrente mês julho, do Serviço de Programação Cultural, registada com o número sete mil novecentos e noventa, a comunicar que no âmbito dos Protocolos de Geminção são realizados anualmente encontros oficiais entre as delegações das diferentes cidades geminadas e que por essa ocasião é habitual a troca de lembranças entre as diferentes delegações.-----

Dentro do espírito de cooperação e solidariedade que está na base daqueles Protocolos, os representantes dos municípios de Santo Tirso, Gross-Umstadt e Saint-Péray entenderam substituir a troca de lembranças pela atribuição da quantia de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros) a projetos ou ações de cariz social pertencentes a cada uma das cidades geminadas. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse, por ocasião da deslocação da delegação de Santo Tirso, no final do próximo mês de agosto e durante o próximo mês de setembro, às cidades de Saint-Péray e Gross-Umstadt, respetivamente, atribuir a importância de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros) a uma instituição a indicar por cada um dos municípios, o que perfaz uma despesa no total de 500,00 € (quinhentos euros).-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020115, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento número 2471/2018, de 25 de julho.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação ficou registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o n.º 2547/2018, de 25 do corrente mês de julho. -

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



**11. ASSOCIAÇÃO DE COLECCIONISMO TIRSENSE - PEDIDO DE SUBSÍDIO
PARA A XVI EXPOSIÇÃO DE COLECIONISMO/S. BENTO 2018. -----**

Presente e-mail da Associação de Coleccionismo Tirsense, de vinte e sete de junho findo, registado com o número dezoito mil oitocentos e onze, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a XVI exposição de colecionismo, integrada nas comemorações das Festas de S. Bento. -----

O expediente vem informado pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de nove do corrente mês de julho, registada com o número sete mil setecentos e três. ----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse atribuir à Associação de Coleccionismo Tirsense um subsídio no montante de 300,00 € (trezentos euros).-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental nº 2469/2018. -----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2546/2018, de 25 do corrente mês de julho. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





12. ASSOCIAÇÃO CULTURAL POPULAR BOMBOS E CONCERTINAS – “OS CORDOVENSES”: PEDIDO DE SUBSÍDIO - ARRAIAL MINHOTO E ENCONTRO DE BOMBOS. -----

Presente ofício de seis de junho findo, da Associação Cultural Popular Bombos e Concertinas “Os Cordovenses”, registado com o número dezasseis mil quatrocentos e trinta e quatro, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a execução do seu plano de atividades para dois mil e dezoito, designadamente a realização do evento “Arraial minhoto e encontro de Bombos”. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de dez do corrente mês de julho, registada com o número sete mil setecentos e cinquenta e três, que aqui se dá por inteiramente transcrita, para todos os efeitos legais. -----

O senhor presidente propôs qua câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse atribuir à Associação Cultural Popular Bombos e Concertinas “Os Cordovenses” um subsídio no montante de 300,00 € (trezentos euros). -----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2468/2018.

O respetivo compromisso está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2545/2018, de 25 do corrente mês de julho. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



13. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O CENTRO DE ATLETISMO DE SANTO TIRSO. -----

Presente ofício de trinta de abril último, da associação denominada CAST – Centro de Atletismo de Santo Tirso, registado com o número doze mil e noventa e um, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número oito mil cento e setenta e nove, de vinte do corrente mês de julho, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito: -----

Considerando que o CAST – Centro de Atletismo de Santo Tirso tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço de Segurança Social Directa, no dia trinta de abril último, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia trinta do mesmo mês de abril, válida por três meses; -----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 8.650,00 € (oito mil seiscentos e cinquenta euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IX da mesma, rubricado pelo presidente e por quem secretariou esta reunião. -----

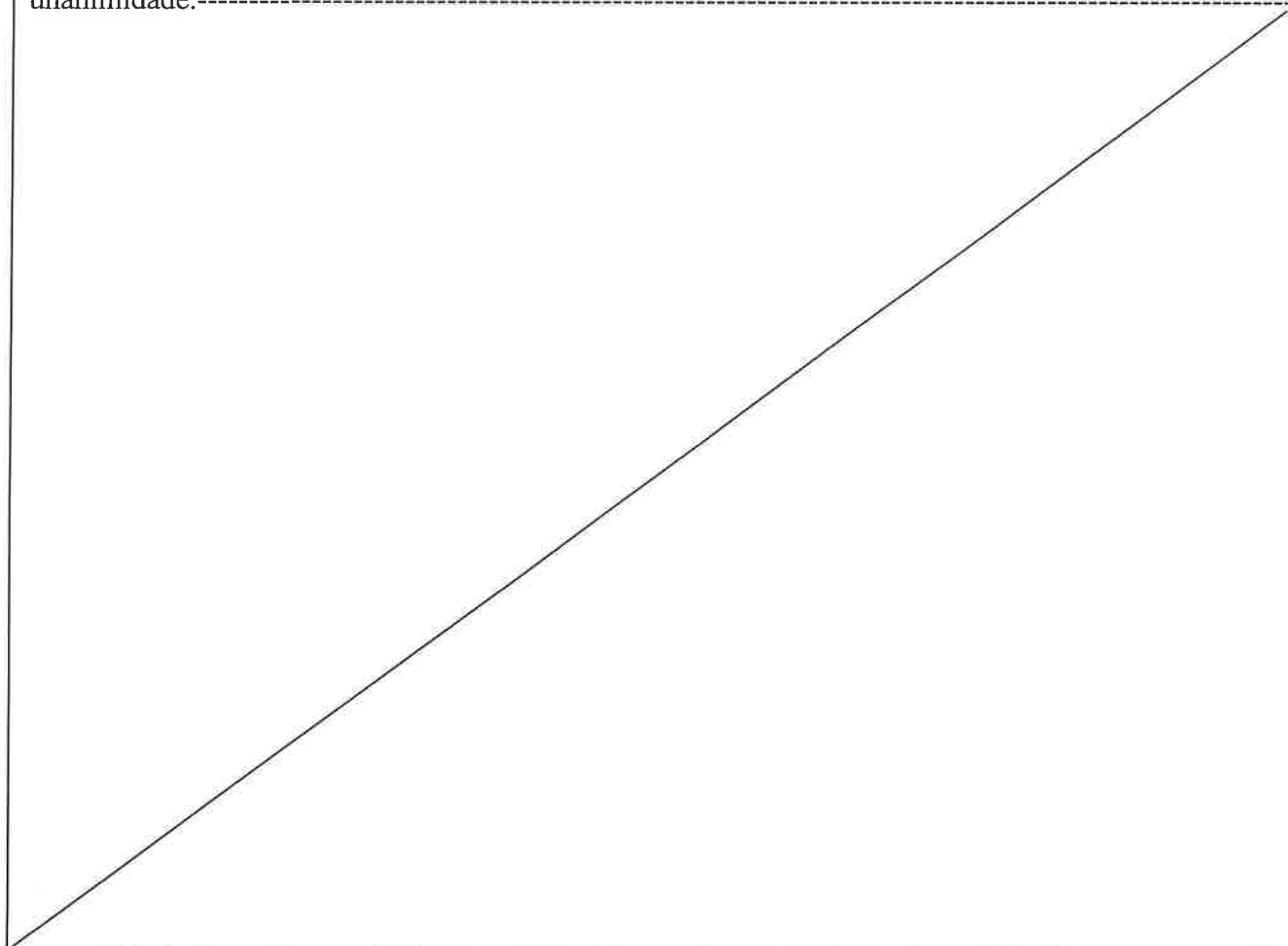


O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 2412/2018.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2501/2018, de vinte do corrente mês de julho.-----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----





14. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O ÁGUIAS FUTEBOL CLUBE DE S. SALVADOR DO CAMPO. -----

Presente requerimento de dez do corrente mês de julho, da associação denominada Águias Futebol Clube de S. Salvador do Campo, registado com o número dezanove mil quatrocentos e setenta e oito, a remeter Programa de Desenvolvimento Desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número oito mil cento e noventa, de vinte do corrente mês de julho, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito: -----

Considerando que o Águias Futebol Clube tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço de Segurança Social Directa, no dia cinco de junho findo, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, na mesma data, válida por três meses; -----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município; -----

Considerando a competência prevista na alínea o) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 550,00 € (quinhentos e cinquenta euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante,



constituindo o anexo X da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

O montante da comparticipação financeira atribuída pelo município é suportado pela rubrica orçamental 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2416/2018.-----

O compromisso inerente à atribuição da referida comparticipação financeira está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2507/2018, de vinte do corrente mês de julho. -----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





15. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O NÚCLEO ASSOCIATIVO DE SANTO TIRSO. -----

Presente ofício de catorze de junho findo, da associação denominada NAST – Núcleo Associativo de Santo Tirso, registado com o número dezassete mil quatrocentos e setenta, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio da câmara municipal para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número oito mil cento e oitenta e um, de dezanove do corrente mês de julho, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que a associação denominada NAST – Núcleo Associativo de Santo Tirso tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta, no dia treze de junho findo, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, na mesma data, válida por três meses; -----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 3.000,00 € (três mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer



parte integrante, constituindo o anexo XI da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 2413/2018.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 2508/2018, de vinte do corrente mês de julho.-----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----



PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

Findo o período da ordem do dia, o senhor presidente, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 49º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 14º do regimento da câmara municipal, abriu um período para intervenção do público assistente a esta reunião.-----

Apesar de não haver inscrições para intervenção, conforme previsto no n.º 5 do referido artigo 14º, o senhor presidente da câmara, ao abrigo do n.º 6 do mesmo artigo, autorizou a intervenção dos presentes que o quisessem fazer.-----

Interveio a senhora Isménia Leite, residente na Rua Sacadura Cabral, nº 118, 1º esquerdo, Santo Tirso.-----

Disse que intervinha na qualidade de membro da Direção da associação denominada “Espiral de Enredos – Associação Cultural”, que possui a Companhia de Teatro denominada “Quatro Ventos”. Que em setembro de 2017 enviaram para o município uma proposta de celebração de Protocolo de Colaboração, pretendendo saber se há perspetiva do mesmo ser celebrado. -----

O Senhor presidente esclareceu que o assunto está a ser considerado, não só o da associação referida, mas também de outras associações similares, e que, em virtude de se tratar de uma situação nova, em conteúdo, está a ser objeto de uma análise cuidada. Que brevemente receberão uma resposta. -----



ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Quinze horas e quarenta e cinco minutos. -----

E para constar se lavrou a presente minuta da ata que tem quarenta folhas e onze documentos anexos (anexo I, II e III relativo ao item dois; anexo IV, relativo ao item quatro; anexo V, relativo ao item cinco; anexo VI, relativo ao item seis; anexo VII, relativo ao item sete; anexo VIII, relativo ao item oito; anexo IX, relativo ao item treze; anexo X, relativo ao item catorze; e anexo XI, relativo ao item quinze), apenas utilizadas no anverso, que eu

Adriana Fagundes

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 06/09/2018, conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas Sete).-----

A Secretária,

Adriana Fagundes